

O lugar das crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Aprender, Brincar e Resistir

 Maria Thaynara Pereira Barbosa ¹,  Maria Clariça Ribeiro Guimarães ²

^{1, 2} Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Rodovia Governador Antônio Mariz, Km 466,5, Fazenda Cesário. Sousa-PB, Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: clarica.ribeiro@gmail.com

RESUMO: O estudo trata do papel das cirandas infantis no contexto da luta pela terra protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando suscitar questões sobre a relação entre educação do campo e o surgimento das cirandas. Nessa direção, objetivou analisar em que medida essas experiências contribuem para a formação da identidade das crianças dos assentamentos, tomando como referência a dialética entre brincar e resistir. Para tanto, recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, com aporte na teoria e no método marxista, procedendo a Análise de Conteúdo de Boletins, Cadernos e Publicações do MST, produzidas predominantemente nos anos 1990, mas também no período de 2011 a 2023. Dentre seus resultados, identificamos a ciranda como experiência político-pedagógica catalisadora da passagem, para a criança sem-terrinha, da condição de testemunha da luta para sujeito do processo, com identidade própria; ao mesmo tempo em que os processos e mecanismos de criminalização das lutas sociais operam também na direção de marginalização das cirandas infantis. Donde se conclui pela compreensão da saúde mental das crianças sem-terra como estando, simultaneamente, entre potencialidades protetivas e condições objetivas de vulnerabilidade face as contradições sociais, políticas e econômicas que atravessam a vida das crianças no campo brasileiro.

Palavras-chave: questão agrária, MST, ciranda infantil.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20515	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

The place of children in the Landless Workers' Movement: Learning, Playing and Resisting

ABSTRACT. This research contributes to the debate on childhood, rural education, and practices of collective resistance. It analyzes the role the children's cirandas of the Landless Workers' Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST) play in the identity construction of the children who take part in these spaces. It parts from the recognition that the cirandas are frequently stereotyped or approached in a distorted way. These interpretations make their educational character and their role in the struggle for agrarian reform invisible. The objective here is to identify how taking part in the cirandas and experiencing daily spaces for political formation and social struggle for agrarian reform influence the identity of Landless Workers' Movement's children (Sem Terrinha), especially their pedagogical, political, and affective dimensions. This study has a qualitative approach, adopting bibliographic and documentary review. The corpus includes authors such as João Pedro Stédile and Edna Rossetto, as well as materials produced by the MST. The results show that the children's cirandas transcend the welfare function, and are evidenced as spaces of coexistence, care, critical formation, and community strengthening. They contribute to the children's sense of belonging to the MST and the struggle for land. The conclusion is that the cirandas are essential practices for the identity construction of children in the context of agrarian reform, reinforcing values of resistance, cooperation, and collectivity.

Keywords: agrarian question, MST, children's circle dance.

El espacio de los niños del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: aprender, jugar y resistir

RESUMEN. La investigación se suma al debate acerca de la infancia, educación campesina y prácticas de resistencia colectiva. Analiza el papel de las Cirandas Infantiles del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), en la construcción de la identidad de los niños que participan en esos espacios. Parte del reconocimiento de que las Cirandas son, a menudo, estereotipadas o tratadas de manera distorsionada. Se refieren a interpretaciones que borran su carácter educativo y su rol en la lucha por la reforma agraria. Se tiene por objetivo identificar cómo la participación en las Cirandas y la experiencia cotidiana en los espacios de formación política y lucha social por la reforma agraria influyen en la construcción de la identidad de los niños Sem-Terrinha, mostrando su dimensión pedagógica, política y afectiva. El estudio se basa en un enfoque cualitativo, mediante revisión de la literatura, además de investigación documental. El corpus incluye autores como João Pedro Stédile y Edna Rossetto, además de materiales hechos por el MST. Los resultados apuntan que las Cirandas Infantiles van más allá de su función asistencial. Se presentan como espacios de convivencia, cuidado, formación crítica y fortalecimiento comunitario. Contribuyen al sentimiento de pertenencia de los niños del MST, así como a la lucha por la tierra. Se concluye que las Cirandas son prácticas fundamentales para la construcción de la identidad de los niños en el contexto de la reforma agraria, reforzando valores de resistencia, cooperación y colectividad.

Palabras clave: cuestión agraria, MST, ciranda infantil.

Introdução

Assim como as populações dos assentamentos, historicamente a educação no campo sempre foi palco de negligência por parte do Estado, porém ainda que vivenciando esses cenários, o MST sempre priorizou a educação como eixo de grande importância para a luta. Nessa mesma lógica podemos contemplar a visão de Freire (2002) que diz o quanto o ato de ensinar, não deve ser compreendido como um simples processo de transmissão de conhecimento, mas que é também um ato de criar condições para que o mesmo seja construído pelos próprios sujeitos, destacando que esse saber deve ser vivido e refletido de forma crítica, tanto pelos educadores, quanto pelos educados, envolvendo sempre aspectos éticos, políticos e pedagógicos.

Nesse sentido, as cirandas infantis surgem como uma ferramenta indispensável na garantia do direito à infância e representam uma alternativa em contrapartida com a educação tradicional, que por muitas vezes acaba excluindo as crianças do campo.

Com essa perspectiva, nossa pesquisa teve como objetivo discutir como a participação das crianças nas Cirandas Infantis e a experiência da luta pela reforma agrária no MST influenciam na construção de identidade das crianças que frequentam as Cirandas Infantis, ressaltando a sua colaboração na construção educacional e social, sem perder os princípios que norteiam toda a lógica do movimento.

Assentamos nossa concepção de identidade para além das associações a dimensões culturais, simbólicas e subjetivas. Embora essas dimensões sejam constitutivas dos processos identitários, ao adotarmos uma abordagem fundamentada na dialética materialista, nos propomos a ultrapassar leituras culturalistas ou essencialistas, compreendendo a identidade como uma construção histórica, socialmente determinada e atravessada pelas condições materiais de existência. Nessa perspectiva, a identidade não é um atributo fixo ou natural dos sujeitos, mas um processo dinâmico, contraditório e situado, produzido nas relações sociais concretas que se estabelecem em determinados contextos históricos.

A problematização central deste trabalho parte da necessidade de compreender como as Cirandas Infantis do MST têm sido representadas socialmente, muitas vezes por meio de estigmas e visões distorcidas que desconsideram a sua real articulação. Diante disso, questiona-se: de que forma é possível reconhecer o papel das Cirandas Infantis como espaços legítimos de educação e construção de pertencimento no contexto da luta por terra?

Entendemos que a falta de conhecimento referente às cirandas infantis pode vir a gerar falácias distorcidas com relação às suas práticas pedagógicas, além disso, ocasionando ainda mais a ausência de políticas públicas e recursos, que podem vir a ser necessários para o crescimento e a manutenção dessa prática.

O proposto neste estudo, é a demonstração de que as Cirandas Infantis, vão muito além de ser apenas um espaço de acolhimento para os filhos e filhas dos assentados durante reuniões e se tornam locais de apreço à cultura e de incentivo a emancipação dentro do contexto de quem luta por terra ao mesmo tempo em que luta pela preservação de uma infância digna.

Notas Metodológicas: adentrando os caminhos da pesquisa

Os problemas de pesquisa e a correspondente apreensão teórica destes se constroem inicialmente a partir de uma vinculação impetrada entre o sujeito pesquisador e o objeto pesquisado, ainda que sob o comando da concreção deste último (Netto, 1994). Ou seja, os problemas de pesquisa têm sua origem na realidade concreta, em circunstâncias socialmente determinadas e essas circunstâncias instigam e motivam a opção por determinado objeto de estudo.

Eis porque, longe de expressar escolha subjetiva arbitrária, entendemos que “o controle dos sentimentos e das experiências do escritor, que está na base de seu encontro com a realidade objetiva da vida social, atua profundamente no sentido de influenciar a escolha do tema” (Lukács, 2010, p. 83).

O campo teórico no qual situamos a nossa compreensão do problema, nos serve de determinante para não termos dúvidas em afirmar que a perspectiva de totalidade inscrita no método em Marx nos parece a via possível para apreender o real em suas múltiplas determinações, articulando aparência e essência em sua relação dialética, especialmente porque:

... parte da preliminar de que a realidade social não se dá a conhecer a não ser pela reflexão demorada, reiterada, obstinada ... sobre o objeto para desvendar, no objeto, dimensões que não são visíveis, que não são dadas ... Na verdade, a realidade, os fatos, os acontecimentos, precisam ser desmascarados, desvendados. Daí esse percurso entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo e o singular e o universal (Ianni, s/d, p. 03-04).

Em outras palavras, significa que a realidade se constitui de modo complexo, heterogêneo e contraditório, sem que o desvelar de tais contradições signifique qualquer apreensão científica falha, posto que pertencem de maneira indissolúvel à essência da própria realidade (Lukács, 1989) nos marcos da sociedade burguesa. Portanto, não se faz conhecer de

modo imediato, o que implicou na necessidade de uma abordagem dialética em nosso percurso investigativo. Tal abordagem considerou que o processo de desvendar do objeto em estudo pressupõe: o levantamento de questionamentos constantes acerca dos fatos; a articulação presente-passado numa relação de superação das visões a-históricas do real e o considerar da ideologia da qual o objeto está imbricado (Ianni, s/d) para, neste processo, decifrar e articular as múltiplas determinações que constituem o concreto, ou seja, as relações, processos e estruturas que conformam a realidade em estudo.

Coerente com este percurso metodológico, adotamos para a realização deste estudo, a abordagem fundamentalmente qualitativa, considerando que este tipo de pesquisa, por se dedicar ao estudo de um nível mais profundo das relações e fenômenos sociais, não pode reduzir-se a operacionalização de variáveis (Minayo, 1994), tampouco se valer do uso de microscópios ou reagentes químicos (Marx, 2013), exigindo, portanto, indispensável capacidade de abstração do sujeito pesquisador.

No processo da pesquisa, especialmente dois esforços teórico-analíticos se entrecruzaram: o primeiro foi o movimento de avançar criticamente a partir do conhecimento acumulado, sabendo que, em Marx, tal postura analítica significa desvendar fundamentos, relações, limites e condicionamentos próprios desse conhecimento, a partir dos processos históricos reais, para que assim o sujeito pesquisador possa “... apoderar-se da matéria, em seus pormenores, ... analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão entre elas” (Marx, 2013, p. 16).

O segundo movimento foi rigorosa análise documental construída a partir de sistematizações e leituras analíticas de Boletins, Cadernos e Publicações do MST, disponibilizadas publicamente no acervo virtual do Movimento e difundido por seus canais de comunicação, com destaque para o *site* de informações gerais acerca do mesmo e o *site* que aloca o arquivo histórico digitalizado do movimento. Para análise, priorizamos os Boletins da Educação, os Cadernos de Formação, os Cadernos de Saúde, os Cadernos da Educação e a publicação do Jornal Sem Terra e da Revista Sem Terrinha. Os termos pesquisados na seleção dos documentos foram: criança, infantil, infância, ciranda e sem terrinha, totalizando 35 (trinta e cinco) documentos identificados, os quais foram produzidos predominantemente nos anos 1990 (1993 a 1999), mas também no período de 2011 a 2023, como é o caso das edições publicadas e disponibilizadas digitalmente da Revista Sem Terrinha e do Jornal Sem Terra.

Com os dados apanhados, procedemos a organização, categorização, análise e discussão dos resultados identificados e agrupados de acordo com a predominância dos conteúdos tratados. Para esta etapa, recorremos aos pressupostos epistemológicos, teóricos e operacionais da denominada Análise de Conteúdo, tal como sistematizado por Franco (2012), a fim de construirmos então as necessárias inferências e reflexões críticas acerca da realidade em estudo, sob o apoio do referencial teórico da pesquisa, assim como possivelmente identificarmos lacunas e/ou novas questões de pesquisa a serem futuramente enfrentadas.

Foi, assim, por meio destes recursos – pesquisa bibliográfica e documental- que procuramos nos *apoderarmos da matéria*, entendendo que a pesquisa apresentou em seu processo a imensa possibilidade de aproximação ao nosso objeto de estudo, além de novas elaborações e apropriações sobre o tema, partindo da realidade concreta e nos direcionando para muito além da mera validação dos conhecimentos que já tínhamos construídos.

Note-se, outrossim, que a nossa opção teórico-metodológica pelo método inscrito em Marx não deve ser atribuída a questão de fé ou incorporação acrítica, posto que atribuir uma doutrina rígida e fechada a Marx é, em si, antimarxista. Ainda que não seja possível negarmos a existência de algumas tendências derivadas do pensamento de Marx que praticamente o assumem com um caráter teológico e/ou dogmático. Como elucida Lukács ao nos colocar diante da hipotética situação em que o avanço das pesquisas do tempo presente teria demonstrado a imprecisão real de cada uma das teses marxianas:

Um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos resultados, rejeitar todas as teses isoladas de Marx, sem por isso, por um só momento, se ver forçado a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao *método*. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido dos seus fundadores (1989, p.15).

Porém, consideramos importante destacar que sendo o método em Marx fundamentalmente histórico, as análises expressas a partir da pesquisa ora apresentada devem ser igualmente assim percebidas. E em sendo históricas são por efeito determinadas e transitórias, visto que “... decorrendo desta concepção do método marxista, a sua finalidade mais eminente é o *conhecimento do presente*” (Lukács, 1989, p.09) e as respectivas tomadas de posição a respeito que possam nisto estar implicadas, descartando assim quaisquer possíveis exercícios de “futurologia” tão frequentemente demandados atualmente. Afinal, conforme

alerta Hobsbawn (1998b), a capacidade de identificar tendências gerais não se confunde com a aptidão de prever circunstâncias futuras e, por ora, desconhecidas em sua complexidade.

O surgimento das cirandas infantis no MST e a educação no campo

Assim como toda a trajetória do MST, se situar a respeito do surgimento das cirandas infantis, parte da necessidade de primeiramente compreender o que o movimento aborda sobre a temática de educação, principalmente no que tange à sua relação com a infância. Por ter nascido dentro do grande ápice das contradições do capitalismo, o MST, em uma de suas dimensões, tem a preocupação com utilização de uma educação que seja emancipatória e construída coletivamente.

Para Stédile e Fernandes (2012), no MST, existem três qualidades que se classificam como primordiais ao movimento. A primeira é justamente a definição de ser um movimento de luta coletiva, que apesar de levantar com mais intensidade a bandeira da democratização da terra, também se alinha com a ideia de igualdade política, ou seja, parte da possibilidade de articulação com as demais demandas que tenham como finalidade uma sociedade justa, fazendo assim, com que se tenha o sentimento de que a luta não é apenas pela terra, mas também pela família.

A segunda, ainda expressa essa ideia de coletividade, pois ela está atrelada à organização sindical existente dentro do movimento. Enquanto que a terceira diz respeito ao caráter político adotado ao longo da trajetória do MST, como bem seguem apontando Stédile e Fernandes (2012): ... o MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado (Stedile; Fernandes, 2012, p. 37).

Demonstra-se, com isso, que mesmo com as manifestações do MST acontecendo principalmente dentro de acampamentos e dos assentamentos, suas predileções, sempre se apoiam em princípios da justiça social. “O que move uma pessoa é a necessidade, mas o que a mantém em movimento são objetivos, princípios, valores que são formados desde determinadas ações que tenham a força pedagógica para isso” (Caldart, 2012, p. 342).

Para que essa percepção fosse adotada pelos sujeitos do movimento, o mesmo compreende que a educação seria sem sombras de dúvidas o melhor caminho para isso. “... a educação do MST estrutura-se enquanto uma pedagogia da luta social, isto é, a luta engendrada

pelo Movimento educa as pessoas, e suas diretrizes pedagógicas orientam suas ações políticas” (Paludeto, 2018, p. 37).

A valorização da educação dentro do MST, parte principalmente da colaboração para que ocorra a percepção de consciência de classe, afinal,

... embora continue sendo verdade que o ser social determina a consciência (Marx), o processo histórico real nunca prescindiu de escolhas morais, afinal de contas as únicas capazes de formatar, em cada tempo e em cada espaço social, a própria luta de classes ... Participar do MST foi e continua sendo para cada trabalhador e trabalhadora sem-terra uma escolha, condicionada por uma circunstância social, esta sim, não escolhida (Caldart, 2012, p. 40).

A discussão sobre educação dentro do MST, ocorreu muito antes da criação do Setor de Educação. Mas, entre os dias 27 e 30 de julho de 1987, aconteceu o Primeiro Seminário Nacional de Educação (Mst, 2017). Muito se foi debatido acerca da luta do MST pela terra e sobre o quanto a resistência dos trabalhadores rurais, diante das violências sofridas, foram relevantes para a construção do MST. Mas é importante destacar, que no meio disso tudo, havia crianças, que desde cedo, se viram em conflitos advindos das desigualdades da realidade do campo.

As crianças do MST, recebem o título de Sem-Terrinha, esses, assim como os seus pais (Sem-Terra), exercem um papel político dentro do movimento, com suas próprias reivindicações:

As Crianças Sem Terra são filhos e filhas de Trabalhadores Rurais Sem Terra que, por várias razões, decidiram entrar no MST para unificar as forças em busca de terra, justiça e dignidade. São seres moldados de sonhos e esperanças, uma herança dos pais. Desde cedo, vão idealizando, sonhando e buscando um futuro melhor. Seus filhos são marcados por um sonho coletivo que se constrói a partir de uma necessidade: a luta pela Reforma Agrária (Mst, 1999a, p. 18-19).

É importante saber que como herança da construção histórica do Brasil, nem sempre as crianças e mulheres do MST, foram sujeitos que tiveram a relevância da sua organização política reconhecida. Essa, aliás, permanece sendo construção em andamento.

Da mesma maneira aconteceu com o MST que durante muito tempo considerou as crianças somente como testemunhas e membros das famílias que participavam das ocupações de terras. Fora necessário muito choro, birra, gritos, brincadeiras e mobilizações, para que o próprio Movimento enxergasse essas crianças como sujeitos da luta pela terra. São elas também que ocupam a terra, que reivindicam direitos pela sua infância que deveriam ser garantidos pelo Estado (Freitas, 2015, p. 63).

De certa maneira, o ser mulher e o ser criança, dentro do MST se interligam, uma vez que, acontece quase de maneira simultânea a luta por espaço dentro do movimento. Entretanto, é indispensável compreender que essa ação se manifestou, principalmente na inclusão de mulheres, nas suas mais diversas ramificações, em espaços de protagonismo nas intervenções do movimento, cursos e encontros de formação.

Ramos (2021), cita em sua tese de doutorado, que o ano de 1997 foi um grande marco para os sem-terrinhas, pois ocorreu a primeira edição da Ciranda Infantil do MST, no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em Brasília. As Cirandas Infantis, surgem nesse momento com a função de atender a demanda de crianças com idade de até 06 anos. Pensadas em um primeiro momento como um suporte para as mulheres mães que gostariam de “... participar ativamente das discussões, organizações, embates, ações e lutas do Movimento, mas não tinham onde deixar as crianças” (Peloso, 2013, p. 10).

Como apontado por Bihain (2001), foi a partir desse momento de articulação, que a comissão de Educação decidiu chamar a experiência de implementação de creches e pré-escolas de Ciranda Infantil.

... O nome Ciranda Infantil não surge por acaso, ele surge expressando aquilo que buscávamos, que sonhávamos para as crianças das áreas de Assentamentos e Acampamentos no que se refere aos processos educativos para essa faixa etária e também ao direito de ser criança, enquanto sujeito de direitos. O nome Ciranda nos lembra criança em ação. E essa ação dá-se na brincadeira, que deve ser uma brincadeira coletiva. Vai além do brincar juntos, pois é um espaço de construção de relações através das interações afetivas, de sociabilidade, de amizade, de fraternidade, de solidariedade, de linguagem, de conflitos e de aprendizagem... (Bihain, 2001, p.29).

Em um contexto mais atualizado, as Cirandas Infantis são reconhecidas pelo MST, como um espaço que vai muito além de um suporte para as mães militantes, mas passa a ser também um ambiente propício a grandes contribuições na formalização social dos sem-terrinhas. Assim como aponta Luedke (2013), as Cirandas consistem atualmente em:

... um espaço educativo, intencionalmente planejado, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança Sem Terrinha. Atualmente, o MST vem realizando ações sistematizadas das práticas educativas na Ciranda Infantil, cujo objetivo está na relação entre adultos e crianças em um espaço organizado que possibilite a formação humana além da dimensão da educação formal ou escolar, ou institucionalizada. Além do MST participam da Ciranda outros Movimentos Sociais do Campo, como, por exemplo: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros (Luedke, 2013, p. 29-30).

As Cirandas Infantis, nascem com visão de ser um primeiro passo, para os pequenos sem-terra, iniciarem a sua caminhada dentro do MST, enquanto seres políticos. Mas, que obviamente não perderão a sua essência da infância. Isso será debatido a seguir, no diálogo sobre como se organizam as Cirandas pedagogicamente, sem perder de vista o contexto social ao qual vivem essas crianças, e se articularam essas ações: uma realidade que historicamente marginaliza o movimento e consequentemente impacta em diversas diretrizes organizacionais do mesmo.

Direcionamento das práticas pedagógicas do MST com relação às cirandas infantis

O primeiro aspecto importante a ser destacado em relação aos direcionamentos pedagógicos das Cirandas Infantis, é evidenciar que as mesmas não se configuram como uma escola regular. Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996, no art.1º, expressa que a educação é um processo amplo, e que pode ser desenvolvida nos mais diversos espaços, assegurando assim, que os movimentos sociais atuem como ambiente propício, a exemplo. As Cirandas Infantis, como havíamos falado anteriormente, incentivam a construção de seres políticos de voz ativa, ainda na sua primeira infância, sem perder toda a ludicidade do ser criança.

Tudo isso dialoga diretamente com Freire (2005) ao afirmar que a educação é sempre um ato político. Esse entendimento é o centro da dimensão político-pedagógica da Cirandas. Nesse sentido, segundo o documento do MST (2004), as Cirandas Infantis são:

... momentos e espaços educativos intencionalmente planejados, nos quais as crianças receberão atenção especial, cuidado e aprenderão, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização de que fazem parte. É muito mais que espaços físicos, são espaços de trocas, aprendizados e vivências de novas relações... (Mst, 2004, p. 25).

Porém, Caldart (2024), expõe que, é de suma importância, que os educadores à frente das cirandas, sejam capazes de compreender a singularidade que se sobressai do proceder educativo de uma ciranda infantil. Isso porque o planejamento deve ter uma compreensão perante as vivências, que posteriormente são condizentes dos valores, da identidade e princípios de um/uma sem-terrinha, bem como dialogar com o legado já construído a partir das exigências da atualidade.

Outro ponto que não pode ser deixado de lado, na esquematização das cirandas, diz respeito a sua infraestrutura, uma vez que a mesma deve possuir condições para atender às

necessidades básicas e pedagógicas das crianças participantes (Mst, 2010), não se norteadas por qualquer prática pedagógica.

Como forma de organização para atender as crianças que participam das cirandas, vale ter o conhecimento de que as mesmas se organizam em duas vertentes: as Cirandas Infantis Itinerantes e as Cirandas Infantis Permanentes. Essas duas classificações servem também para se ter uma noção da necessidade de quais os recursos serão necessários para atender às suas demandas:

Cirandas Infantis Itinerantes – é a Ciranda que acontece nos eventos e ações do MST. É itinerante porque está preparada e organizada para locomoção, com educadores organizados e dispostos a irem trabalhar, num determinado período, naquele local onde a demanda se coloca. Um exemplo concreto da organização e do funcionamento desta Ciranda Itinerante tem se dado nas várias Marchas Nacionais ou Estaduais do Movimento. Aliás, esta participação vem se construindo como uma tradição (Camini, 2019, p. 07).

No que diz respeito às Cirandas Permanentes, a mesma autora supracitada, vai defini-las, como um espaço também organizado, mas que, o seu diferencial é justamente o seu tempo de durabilidade, uma vez que elas dependem exclusivamente das condições da realidade e demandas ao qual estão inseridas.

De acordo com Rossetto (2016, p. 52), originou-se na entrada das mulheres na luta e foi o primeiro passo para a criação de diversas articulações dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com relação à metodologia, a autora afirma que qualquer articulação é planejada a partir da realidade de qual ambiente ela se aplica, pois é de suma importância levar em consideração que cada assentamento dota de sua particularidade.

As Cirandas Itinerantes se inserem dentro do processo de luta, usando de uma abordagem lúdica, pois enquanto adultos se unem em uma luta árdua a favor de seus direitos, os sem-terrinhas também estão apreendendo um conhecimento político-pedagógico dessa luta. É importante deixar evidenciado que essas cirandas são temporárias, pois elas têm um caráter de maior atuação durante eventos e mobilizações. Nessa perspectiva, entende-se que “... ela é itinerante porque está preparada e organizada para a locomoção com educadores e educadoras organizados e dispostos a irem onde for necessário ...” (Mst, 2004, p. 38).

Assim como nas Itinerantes, as Cirandas Permanentes, também dependem da observação do local ao qual se instalaram, mas, nessa nova vertente, a sua durabilidade se torna maior, pois agora ela atuará diretamente perante o cotidiano das crianças. Com isso, “... consistem em vivenciar concretamente a vida social, suas contradições, e criar possibilidades

de superação, na perspectiva de produzir outros conhecimentos, pensando o processo de formação em sua totalidade...” (Rossetto, 2016, p. 72).

Os direcionamentos pedagógicos expressos na Ciranda, segundo a perspectiva do MST, se aplicam por meio dos seguintes objetivos:

1. Criar um espaço educativo para os filhos e filhas das famílias que participam do MST;
2. Implementar a pedagogia do MST em Educação Infantil;
3. Implementar na Ciranda Infantil a organicidade do MST;
4. Organizar atividades nas quais as crianças sejam sujeitos do processo;
5. Desenvolver a cooperação, de forma educativa que construa a vivência de novos valores;
6. Trabalhar a criação de vínculos e relações com os demais setores do Movimento: gênero, saúde, formação, produção, frente de massa...;
7. Garantir a formação política pedagógica permanente das educadoras e dos educadores infantis;
8. Realizar atividades em conjunto com as comunidades assentadas e acampadas, tais como produção de materiais, palestras, seminários, oficinas, etc., como prática formativa do coletivo (Mst, 2004, p. 39).

As Cirandas funcionam de uma forma muito organizada, planejada e posta em prática com a finalidade de manter os princípios éticos-políticos do MST. Entretanto, o mais interessante nisso tudo, é o fato de que ocorre uma preocupação constante com a preservação da mística presente na infância:

[Na Ciranda,] a criança exercita sua capacidade inventiva como também de sentir, decidir, brincar, arquitetar, reinventar, se aventurar, agindo para superar desafios e por meio deles apropriar-se da realidade, e demonstrar, de forma simbólica, os seus desejos, medos, sentimentos, agressividade, suas impressões e opiniões sobre o mundo que as cerca (Rossetto, 2016, p. 75).

Nessa lógica, é possível validar, que as Cirandas assumem de fato a característica de um espaço que vai muito além do acolhimento, mas confirma-se enquanto ambiente de resistência, protagonismo infantil e luta coletiva.

Todavia, ainda que as práticas das Cirandas Infantis sejam muito bem organizadas e planejadas, existe um tema pouco discutido entre os/as estudiosos/as, que debatem sobre as Cirandas Infantis: o fato de que, na atualidade, as suas práticas pedagógicas também sofrem, com as tentativas de marginalização que rondam o MST. Nas redes sociais, não é difícil de se encontrar, canais de apoiadores da extrema direita, que distorcem as ações ocorridas nas Cirandas, em virtude da utilização de um discurso repressivo e totalmente dogmático, uma vez que, se utilizam de uma religião específica para fundamentar os seus discursos, que tendem a ser considerados intolerantes e sem fundamentos plausíveis.

Um exemplo desses discursos infundados, pode ser observado, no canal do YouTube intitulado Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, com mais 200 mil inscritos. No vídeo, podemos

observar, Viotti (2023), dono do mesmo, dialogando sobre as Cirandas, por meio de uma abordagem extremamente diferente, do que de fato se espera com as articulações desse meio, voltado ao público infantil do MST, como procuramos demonstrar até aqui. Em seu discurso, Viotti (2023), expõe diversos eventos com os sem-terrinhas e profere, fundamentos conservadores e difamatórios, carregados de desinformação sobre a prática.

O primeiro vídeo que Viotti apresenta, refere-se a um evento no qual diversas crianças estão cantando o hino do MST. Sobre o cantarolar do hino, na voz das crianças, Viotti (2023), diz que as crianças estão sendo doutrinadas negativamente pelo movimento: “Estamos vendo aqui uma espécie de catequese. Ensinar valores, para essas crianças, que não são mais os valores da civilização”ⁱ (Viotti, 2023, 1min 03s). Frente a estas argumentações, importa ressaltar que as crianças do MST, são motivadas, a lutarem, por uma sociedade justa e igualitária, e a batalha travada aqui, não é contra a civilização, mas sim, contra o sistema vigente nessa sociedade.

O Youtube, rede social onde foi depositado o vídeo em questão, não é o único meio de comunicação que propaga discursos como esses. Chamar a atenção, para esse problema, ainda que ele aconteça em proporções pequenas, é alertar, que cotidianamente crescem vertentes, cuja maior intenção é propagar desinformação e falácias a respeito de movimentos sociais que contradizem a lógica capitalista.

Os fundamentos e as formas de organização das práticas pedagógicas das Cirandas Infantis, que foram expostas aqui, segundo estudiosos do assunto e documentos do MST, demonstram literalmente o contrário do que foi relatado acima. Os direcionamentos das Cirandas, caminham para a reivindicação de direitos sociais e consequentemente para superação de um silêncio histórico, no qual viviam as crianças do MST.

A contribuição das cirandas infantis para a construção de identidade e consolidação dos princípios do MST na interface infância, território e saúde mental

A partir do materialismo histórico-dialético, a constituição das identidades está intrinsecamente relacionada à forma como os sujeitos se inserem nas estruturas sociais, especialmente nas relações de produção, nas mediações institucionais e nas experiências coletivas que conformam a vida social. As condições objetivas, tais como classe social, divisão social do trabalho, acesso (ou negação) de direitos e inserção nas políticas públicas não apenas moldam as possibilidades materiais de existência, mas também incidem sobre as formas pelas quais os sujeitos se reconhecem, se diferenciam e se organizam social e politicamente. Assim,

a identidade é produzida na tensão entre o singular e o coletivo, entre a experiência individual e os processos sociais mais amplos que a determinam.

Nessa direção, compreender a identidade para além da cultura implica reconhecê-la como expressão das contradições sociais, sendo continuamente (re)construída nas lutas, nos conflitos e nas práticas sociais. As identidades não emergem de forma abstrata ou descolada da realidade concreta, mas se constituem no interior de relações sociais marcadas por desigualdades, opressões e disputas por hegemonia. Tal compreensão afasta-se de perspectivas que tratam a identidade como escolha puramente individual ou como pertencimento cultural estanque, reafirmando seu caráter histórico e relacional.

Ademais, a dialética materialista permite compreender que os processos identitários são atravessados por mediações políticas e ideológicas, sendo influenciados tanto por projetos societários dominantes quanto por experiências de resistência e emancipação. Nesse sentido, a identidade pode assumir um caráter alienado, quando reproduz valores e representações que naturalizam a ordem social vigente, ou um caráter crítico, quando se articula à consciência das condições materiais de existência e à luta coletiva por transformação social.

A identidade, portanto, não é apenas resultado das estruturas sociais, mas também campo de disputa e possibilidade de ação política: “É pela luta que os Sem Terra e os pequenos agricultores encontram sua identidade de classe. Sem a luta, não haveria condições de atingir esse patamar de relação entre si e com as demais forças. A organização de classe impede que cada um se isole em seu espaço” (Bogo, 2008, p. 139-140).

Essa concepção torna-se especialmente relevante no debate sobre infância, adolescência e direitos humanos, uma vez que as identidades de crianças e adolescentes são construídas em contextos marcados por desigualdades estruturais, relações de poder geracionais e pela atuação (ou omissão) do Estado nas políticas sociais. Reconhecer a identidade como processo histórico e socialmente determinado contribui para uma compreensão crítica das trajetórias desses sujeitos, evitando leituras moralizantes ou individualizantes e reforçando a centralidade da proteção integral, da participação social e da garantia de direitos como elementos constitutivos de identidades emancipatórias.

Gestar a compreensão de que as crianças também são sujeitos ativos nos espaços de enfrentamentos políticos, ocasionados pelas contradições da sociedade capitalista, é uma considerável contribuição da Ciranda Infantil.

A partir do momento em que o termo “Sem-Terrinha”, reflete um sentimento de pertencimento e construção de identidade, isso ganha potencialização na luta do próprio MST, que obviamente depois de todo o discurso aqui travado, revela que para além do desejo pela Reforma Agrária, outros direitos sociais são postos em pauta, como por exemplo: educação, qualidade de vida, proteção à infância, lazer e muitos outros (Mata, 2015).

A proposta de “pensar os movimentos sociais numa interlocução entre os estados pós-colonialistas e a sociologia da infância, sem abandonar o legado Marxista”, exposta na obra “Infância e Movimentos sociais”, desenvolvida por diversos autores em 2015, inclui justamente ideias do quanto o protagonismo infantil gera força na luta pelos seus próprios direitos, sendo ressaltada a vertente de uma construção coletiva e emancipatória (Gepedisc, 2015, p. 08).

Rossetto (2009, p. 39) afirma que: “ao participar da luta pela terra junto com seus pais, as crianças do MST passam a ser sujeitos construtores de um processo transformador, a ter ideais e projetos de futuro”. Não por causalidade o enfoque expresso no subtítulo desse trabalho carrega o sentido dessa fala: aprender, brincar e resistir. Ainda reforçando mais o sentido dessas pesquisas, Rossetto (2009, p. 83), destaca o quanto “as crianças, ao participarem da luta social, educam-se para uma postura diante da vida, o que é fundamental para o fortalecimento da sua identidade”, especificamente, da identidade como Sem Terrinha, de filhos e filhas de trabalhadores rurais sem terra.

Uma outra forte contribuição das Cirandas, para os/as pequenos/as sem-terrinhos, é o ato de saber se organizar enquanto um movimento social atuante. Uma vez que a sua pedagogia dialoga com a ideia de Freire (2005), ao dizer que a educação é um ato de liberdade, na qual o diálogo, o planejamento e a escuta são elementos primordiais.

Outrossim, as Cirandas também são mecanismos de forte manutenção da cultura do movimento, pois, por meio das brincadeiras lá realizadas, das músicas, da contação de histórias e das atividades lúdicas, os sem-terrinhos, são introduzidos ainda mais aos valores centrais do movimento:

A Ciranda é um espaço de referência para as crianças que permite a compreensão do projeto de sociedade que o MST vem construindo, através dos valores, da luta, da coletividade, da intencionalidade pedagógica, por meio dos quais elas se sentem parte do Movimento. O envolvimento das crianças pequenas no MST permite que elas passem de testemunhas da luta para sujeitos do processo, com uma identidade própria de crianças dentro da identidade do sem-terra (Luedke, 2013, p. 78-79).

Nessa perspectiva, a relação entre brincar e resistir nos territórios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constitui uma dimensão central para compreender os processos de produção da vida, da relação objetividade e subjetividade e da saúde mental das crianças em acampamentos e assentamentos. Nesses espaços, a infância não pode ser analisada dissociada das condições materiais de existência, das disputas territoriais e das formas coletivas de organização social. A criança sem-terra experiencia a infância em territórios marcados simultaneamente pela precarização, pela violência estrutural e pela construção cotidiana de práticas solidárias, educativas e comunitárias. Assim, a dialética entre brincar e resistir emerge como um elemento fundamental para pensar fatores de proteção e promoção da saúde mental nas infâncias rurais.

O brincar, na perspectiva histórico-cultural, constitui muito mais do que uma atividade recreativa: trata-se de uma prática social por meio da qual a criança interpreta o mundo, elabora experiências, produz sentidos e constrói pertencimento. Em contextos de luta social, como os do MST, o brincar frequentemente incorpora elementos da vida coletiva, da organização comunitária e da experiência política. As brincadeiras das crianças sem-terra dialogam com o território, com a natureza, com o trabalho agrícola, com os espaços coletivos e com as narrativas de resistência presentes na vida cotidiana dos assentamentos e acampamentos. Nesse sentido, o brincar pode atuar como mecanismo de fortalecimento subjetivo, de elaboração das tensões sociais e de ampliação de vínculos comunitários.

A noção de resistência, por sua vez, ultrapassa a ideia de enfrentamento político estrito e alcança a dimensão da produção cotidiana da vida. Resistir, nos territórios do MST, significa construir coletivamente condições de existência frente às desigualdades históricas do campo brasileiro, ao avanço do agronegócio, à violência fundiária e à negação de direitos sociais. As crianças participam desse processo não apenas como espectadoras, mas como sujeitos sociais que experienciam e reproduzem práticas de solidariedade, cooperação e pertencimento territorial. Dessa forma, brincar e resistir tornam-se experiências interligadas: ao brincar nos territórios da luta pela terra, as crianças também produzem memória coletiva, identidade social e vínculos afetivos com o território.

Essa articulação pode operar como importante fator de proteção da saúde mental infantil, posto que vínculos comunitários sólidos, pertencimento social, participação coletiva e redes de apoio constituem elementos protetivos fundamentais para o desenvolvimento socioemocional das crianças. Nos assentamentos e acampamentos do MST, apesar das

adversidades materiais frequentemente presentes, observa-se a existência de formas coletivas de cuidado, de sociabilidade comunitária e de experiências educativas compartilhadas que podem favorecer processos de proteção psicossocial. A convivência comunitária, a circulação coletiva das crianças nos espaços do território, as práticas de educação popular e a valorização da infância enquanto sujeito político contribuem para a constituição de sentidos de pertencimento e reconhecimento social.

Além disso, a relação estreita com a terra e com a natureza também se apresenta como dimensão relevante para a promoção da saúde mental nas infâncias rurais. O território, nesse contexto, não é apenas espaço geográfico, mas espaço vivido, produtor de identidade, memória e sociabilidade. As crianças dos assentamentos frequentemente constroem experiências cotidianas marcadas pelo contato com rios, plantações, animais, árvores e ciclos naturais, produzindo modos específicos de habitar o mundo. Experiências de vínculo com a natureza podem favorecer redução de estresse, fortalecimento de vínculos afetivos, ampliação da criatividade e desenvolvimento de sentimentos de pertencimento ecológico e comunitário.

Entretanto, é necessário reconhecer que a dialética brincar-resistir não opera *automaticamente* como fator protetivo. Os territórios do MST também são atravessados por múltiplas vulnerabilidades que impactam diretamente a saúde mental infantil. A insegurança alimentar, a precariedade de acesso a políticas públicas, os conflitos fundiários, as ameaças de despejo, a violência no campo e as dificuldades de acesso à saúde e à educação podem produzir sofrimento psíquico significativo. Em acampamentos marcados pela instabilidade territorial, as crianças convivem com experiências de medo, incerteza e ruptura de vínculos, o que pode fragilizar processos de desenvolvimento socioemocional.

Além disso, existe o risco de romantização da infância rural e da própria participação das crianças nos processos de resistência. Embora o envolvimento comunitário possa fortalecer pertencimento e identidade coletiva, também pode expor as crianças às tensões e aos conflitos decorrentes das disputas sociais e políticas vividas pelos adultos. Em determinados contextos, a sobreposição entre luta política e cotidiano infantil pode produzir sobrecargas emocionais, sobretudo quando associada à violência estrutural do campo brasileiro. Assim, a compreensão da saúde mental das crianças sem-terra exige uma análise dialética, capaz de reconhecer simultaneamente potencialidades protetivas e condições objetivas de vulnerabilização.

A interface entre infância, território e saúde mental demanda, portanto, uma leitura ampliada dos determinantes sociais da saúde. As infâncias rurais historicamente ocuparam lugar

marginal nas políticas públicas brasileiras, frequentemente invisibilizadas pelas perspectivas urbanocêntricas de infância e desenvolvimento (Santos e Izquierdo, 2024). No caso das crianças do MST, essa invisibilização se intensifica devido ao estigma social historicamente direcionado ao movimento. Ainda assim, os territórios sem-terra produzem experiências contra-hegemônicas de infância, nas quais as crianças participam da vida comunitária, da educação popular e da construção coletiva do território.

Nesse contexto, pensar a promoção da saúde mental nas infâncias rurais implica reconhecer o direito das crianças ao território, ao brincar, à convivência comunitária, à educação contextualizada e ao acesso integral às políticas públicas. Implica também compreender que saúde mental não se reduz à ausência de sofrimento psíquico, mas envolve possibilidades concretas de pertencimento, participação social, produção de vínculos e construção de projetos de vida. Nos territórios do MST, brincar e resistir podem constituir práticas produtoras de saúde na medida em que fortalecem laços comunitários, identidades coletivas e experiências de dignidade. Contudo, tais potencialidades somente podem ser plenamente compreendidas quando articuladas às contradições sociais, políticas e econômicas que atravessam a vida das crianças no campo brasileiro.

Afinal, as crianças Sem-Terra, carregam consigo marcas, provocadas pelas determinações sociais, políticas e econômicas da sociedade capitalista (Rossetto, 2016). Compreendemos, nessa direção, que possivelmente a maior contribuição dessa articulação do movimento para com as crianças, é sem dúvidas, a preservação de sua história e o fortalecimento perante a luta por justiça social.

Considerações Finais

Este Trabalho visou analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas Cirandas Infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compreendendo o quanto essas experiências contribuem para a formação da identidade das crianças dos assentamentos. A abordagem crítica e fundamentada, apoiada na compreensão do contexto histórico e social do campo brasileiro, teve a intenção de desmistificar qualquer narrativa que deslegitimam essas práticas, tentando emergir um discurso que venha a rotulá-las como mecanismos de doutrinação ideológica e social, evidenciando assim, o quanto as Cirandas representam uma forte relevância cultural, educativa, social e política dentro do MST.

Compreendemos a partir dessa pesquisa que as Cirandas Infantis, em concordância, são entendidas enquanto espaços coletivos de construção social, nascidas com o desejo de servir de apoio para mulheres mães e militantes, mas que se tornaram um verdadeiro local de educação, manutenção cultural e o mais importante, um local de quebra de silêncio histórico para as crianças do MST. Ao contrário do que facilmente é difamado nas mídias sociais de comunicação, através de narrativas desinformadas ou até mesmo ideologicamente fomentadas, as Cirandas passam muito longe de ser um local de doutrinação, ou imposição à consciência infantil, elas representam o fortalecimento do vínculo afetivo e comunitário. Suas práticas contribuem com o estímulo à autonomia infantil, reafirmando a necessidade de dotar-se de uma visão crítica da realidade, sobretudo, priorizando o respeito pela infância, uma vez que dialoga diretamente, com a ideia de uma educação que liberta (Freire, 2005).

É necessário evidenciar que a crítica perante as Cirandas, promovendo uma falsa visão de existir doutrinação nas mesmas, ignora a racionalidade de compreender que toda prática educativa, carrega consigo uma intencionalidade política. O MST enquanto forte órgão de movimentação popular, organiza as Cirandas diante da sua realidade, que historicamente está entrelaçada nas contradições do capitalismo.

Portanto, as análises construídas em nossa pesquisa, constaram que as Cirandas Infantis dotam de um papel estratégico dentro do MST, trabalhando a infância, sem desconsiderar a dimensão política, afetiva e social dos sem-terrinha, ao promover a propagação do pertencimento, resiliência na luta por direitos e, consequentemente, afirmar a sua legitimidade dentro da sociedade, demonstrando que suas práticas pedagógicas conectam essas crianças a sua realidade, ainda que com seus desafios.

Ao invés de encontrar imposição doutrinária, nas Cirandas Infantis o que se verifica é a emancipação de seus sujeitos, fazendo assim com que elas sejam mais um símbolo de resistência e luta dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Referências

Bihain, N. M. (2001). *A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Bogo, A. (2008). *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular.

Caldart, R. S. (2012). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular.

Camini, I. (2019). A infância no MST – desafio atual. In *Anais do I Seminário Regional de Educação do Campo*. Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, F. A. de. (2015). *Educação Infantil Popular: possibilidades a partir da ciranda infantil do MST*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Gepedisc. (2015). *Infância e movimentos sociais*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica.

Lüedke, A. M. dos S. (2013). *A formação da criança e a ciranda infantil do MST* (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Mst). (2004). *Educação Infantil: Movimento da vida, dança do aprender*. Caderno de Educação, São Paulo.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Mst). (1999a). *Crianças em Movimento: as mobilizações infantis no MST*. Fazendo Escola.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Mst). (2010). *Lutas e conquistas*, São Paulo.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Mst). (2017). *MST. Caderno de Educação n° 14. Educação no MST*. Memória Documentos 1987- 2015. São Paulo.

Paludeto, M. C. (2019). *As diretrizes programáticas e a política educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília.

Ramos, M. M. (2021). *Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST*. (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rossetto, E. R. A. (2016). *A organização do trabalho pedagógico nas Cirandas Infantis do MST: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos Sem Terrinha* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Rossetto, E. R. A. (2009). *Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST* (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Stedile, J. P., & Fernandes, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Viotti, F. (04 de novembro de 2023). *MST doutrina CRIANÇAS para o COMUNISMO*. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=MBda5rEf_VE

¹ Fala retirada do vídeo *MST doutrina crianças para o comunismo – veja vídeos reveladores*. Recuperado de: <https://www.youtube.com/live/u1fsWPnIWq0?si=BIHyOrjxi4fK69dW>. Acesso em: 7 abr. 2025.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 24/03/2026
Aprovado em: 16/05/2026
Publicado em: 04/08/2026

Received on March 24th, 2026
Accepted on May 24th, 2026
Published on August, 04th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Barbosa, M. T. P., & Guimarães, M. C. R. (2026). O lugar das crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Aprender, Brincar e Resistir. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20515.

ABNT

BARBOSA, M. T. P.; GUIMARÃES, M. C. R. O lugar das crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Aprender, Brincar e Resistir. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 11, e20515, 2026.